

Um Estudo Bibliométrico Sobre A Evolução Da Pesquisa Sobre Direitos De Propriedade E Sua Relação Com As Instituições

A Bibliometric Study On The Evolution Of Research On Property Rights And Their Relationship With Institutions

Elaine Mandotti de Oliveira Britto

Universidade Paulista

elainemandotti@gmail.com

Fernanda Kesrouani Lemos

Universidade Ibirapuera

fernanda.lemos@ibirapuera.edu.br

Recebido: 29/10/2019 – Aprovado: 28/03/2020. Publicado em maio de 2020

Processo de Avaliação: Double Blind Review

RESUMO

Este artigo busca entender o desenvolvimento da teoria dos direitos de propriedade, cujas discussões veem crescendo nos últimos anos, apesar de suas raízes serem da metade do século XX. Além disso, o artigo visa demarcar a sua relação teórica com o ambiente institucional. Diante do problema de pesquisa enunciado como “Qual a relação entre mudanças institucionais e os direitos de propriedade, segundo a nova economia institucional?”, delimitou-se o objetivo deste trabalho. O artigo parte da revisão bibliográfica, avaliando as transformações dos direitos de propriedade e sua relação com as instituições ao longo do tempo, identificando obras de maior influência sobre a literatura de direitos de propriedade e instituições. A metodologia adotada para cumprir este objetivo baseia-se em técnicas bibliométricas de análise de citação e co-citação aplicadas aos artigos publicados sobre o tema, disponíveis na base de dados ISI Web of Science entre o período 1900 e 2012. Os resultados esperados desta análise tendem a indicar as transformações do entendimento vigente sobre os “direitos de propriedade” relacionados às mudanças institucionais. Além disso, espera-se encontrar uma influência de autores ligados à análise e pensamento estratégico sobre os trabalhos publicados nessa área. Foram encontrados 1.830 trabalhos a partir da busca das palavras chaves “direitos de propriedade” e “instituições” na base. Os filtros escolhidos foram delimitando a análise. Iniciou-se pelo tipo de trabalho (“artigos”), que resultou em 1.561 obras. A seguir foram selecionados pelas principais áreas de concentração de interesse: “*business economics, government law, public administrations, social sciences, social issue, international relations, behavior sciences, construction building tecnologys*”, que resultou em 812 artigos. Por fim, foram delimitados 21 periódicos do ranking de 100 revistas de maior relevância nas áreas de “*business*” e “*economics*”. Os resultados obtidos da análise de citação e cocitação apontaram que entre os 145 artigos analisados publicados no período de 1991 a 2012, houve 6.815 citações e os 12 autores mais citados obtiveram cerca de 550 citações, apresentando uma frequência entre 29 e 12 vezes. Observou-se que os 12 trabalhos, referentes aos 12 autores mais citados, apresentam sinergias entre si e desenham uma evolução teórica histórica envolvendo mudanças institucionais sob o aspecto de macro instituições, papel e performance do governo, política econômica e infraestrutura social e direito de propriedade sob o aspecto principalmente de captura de renda e aspectos contratuais. Desta forma, são delimitados os centros teóricos de exploração sobre direitos de propriedade e instituições. Eles abordam o que são os direitos de propriedade, sua importância para o desenvolvimento econômico, os limites das organizações, relações com o trabalho, e a determinação das diferenças de riqueza entre diferentes países. Além disto, foi constatado que a frequência das publicações aumentou ao longo do tempo, e seu crescimento consistente é recente, a partir da metade dos anos 2000. Isto sustenta a importância deste artigo sobre a tentativa de “mapear” os desenvolvimentos científicos sobre o tema. Mas, apesar da delimitação do posicionamento do desenvolvimento teórico da relação entre instituições e direitos de propriedade, alguns trabalhos, considerados relevantes contribuições a literatura na área não foram identificados, o que posiciona um questionamento sobre os filtros realizados para a análise.

Palavras-chave: Direitos de Propriedade. Instituições. Bibliometria. Evolução Histórica.

ABSTRACT

This article seeks to understand the development of the theory of property rights, whose discussions see growing in recent years, despite its roots being half of the twentieth century. Furthermore, the article seeks to demarcate its theoretical relationship with the institutional environment. Given the research problem stated as "What is the relationship between institutional change and property rights, according to the new institutional economics?" Delimited if the goal of this work. The article begins with the literature review, assessing the changes of property rights and its relationship with the institutions over time, identifying the most influential works on the literature of property rights and institutions. The methodology adopted to accomplish this goal is based on bibliometric techniques of citation analysis and co-citation applied to articles published on the topic, available in the database ISI Web of Science in the period between 1900 and 2012. The expected results of this analysis tend to indicate the transformation of the current understanding about the "property rights" related to institutional changes. Furthermore, it is expected to find an influence of authors related to the analysis and strategic thinking on the published work in this area. 1,830 jobs were found from the search of the key words "property rights" and "institutions" at the base. The filters were chosen delimiting analysis. Began by type of work ("Articles"), which resulted in 1,561 works. The following were selected by the key focus areas of interest: "business economics, government law, public administrations, social sciences, social issue, international relations, behavior sciences, construction building tecnologys", which resulted in 812 articles. Finally, 21 were delimited periodic ranking of 100 journals in the areas most relevant to "business" and "economics". The results of the analysis of citation and co-citation pointed out that among the 145 analyzed articles published in the period 1991-2012, there were 6,815 citations and 12 most cited authors obtained nearly 550 citations, with a frequency between 29 and 12 times. It was observed that the 12 papers, relating to the 12 most cited authors present synergies between them and draw a theoretical historical development involving institutional changes under the aspect of macro institutions, role and performance of government, economic policy and social infrastructure and property law mainly under the aspect of capturing income and contractual aspects. Thus, the centers are delimited theoretical exploration on property rights and institutions. They address what are property rights, its importance to economic development, the boundaries of organizations, relationships with work, and determination of the differences in wealth between different countries. Moreover, it was found that the frequency of publications has increased over time, and its consistent growth is recent, from the mid-2000s. This supports the importance of this article on the attempt to "map" the scientific developments on the topic. But despite the delimitation of positioning theoretical development of the relationship between institutions and property rights, some studies considered relevant contributions to the literature in the area were not identified, which places a question about filters performed to analyze.

Keywords: Property Rights. Institutions. Bibliometrics. Historical Evolution.

1 INTRODUÇÃO

Zylbersztajn (1995) apresenta que um produto não deve ser caracterizado apenas por seus aspectos físicos e técnicos. É necessário envolver a delimitação dos direitos de propriedade sobre este bem, pois este que proverá o valor efetivo dele. A literatura em economia das organizações versa sobre as relações entre as organizações e indivíduos enfatizando os aspectos transacionais. Por meio das transações, é possível obter algum bem que propicie satisfação ao indivíduo por processos de troca de bens (RICKETTS, 1997). Desse modo, é possível sugerir que o direito de propriedade é inerente às transações, tendo-se uma visão além dos aspectos físicos do bem.

Os direitos de propriedade têm sido abordados na literatura de economia das organizações, sobretudo nas pesquisas sobre a nova economia institucional estudada por Coase (1960), Barnard (1938) e Hayek (1945). Contudo, diante das diversas transformações ocorridas ao longo do tempo, torna-se oportuno questionar a relação entre mudanças institucionais e os direitos de propriedade dentro dos parâmetros da nova economia institucional.

O presente estudo tem como objetivo geral apresentar, por meio da revisão da literatura, a relação das transformações das formas de abordar os direitos de propriedade com as instituições, e sua evolução ao longo do tempo. E, como sugerido por White e MacCain (1998), descrever como o direito de propriedade transformou-se com o passar dos anos dentro da teoria econômica e sua relação organizacional. Para satisfazer este objetivo geral, delimitou-se o estudo especificamente em apresentar, com base em trabalhos acadêmicos, as implicações das mudanças ambientais às organizações e descrever os principais conceitos teóricos sobre direito de propriedade.

A importância do presente estudo justifica-se pelo fato de que as relações entre as organizações e instituições vêm se transformando ao longo do tempo. Essas transformações mudam a forma como as organizações fazem a captura de renda, demandando uma investigação histórica e transformacional desta relação. Para satisfazer os objetivos deste estudo, foi necessário o resgate histórico dos artigos e estudos acadêmicos que abordaram direito de propriedade em um determinado período. Posteriormente, as informações coletadas foram tratadas por meio de bibliometria, utilizando-se software que viabilizasse o estudo.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Na síntese do quadro teórico, apresentada na seção dois, são explorados os principais aspectos relacionados à teoria dos direitos de propriedade, sua relação com as instituições e como essa teoria evoluiu. A seção três mostra os aspectos metodológicos aplicados na pesquisa, cuja abordagem híbrida envolve tanto bibliometria quanto análise de conteúdo. A seção quatro apresenta e discute os resultados da pesquisa. Finalmente, a seção cinco traz as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo desta seção é fazer uma breve recuperação da literatura sobre a teoria dos direitos de propriedade, e a forma como que esta teoria e as instituições se interligam. O termo “direitos de propriedade” apresentam dois diferentes significados na literatura econômica. O primeiro foi estabelecido por Alchian (1965, 1987) e Cheung (1970) que é essencialmente a habilidade de desfrutar uma propriedade. O outro é o que designa o estado de uma pessoa como proprietário. Desta forma, para Barzel (1997) a primeira designação é referente aos direitos de propriedade econômicos, e o segundo, os legais. Os direitos econômicos são de forma geral o que as pessoas buscam e os legais são as formas utilizadas para conseguir capturar tais direitos. Esta característica de duas faces que cabe aos direitos de propriedade, o qual o uso do recurso é diferente do direito de compra e venda, recoloca a discussão sobre a firma, estabelecida por Coase (1960) como um nexo de direitos de propriedade intangíveis¹.

Uma segunda perspectiva sobre os direitos de propriedade é sobre seu papel mediante as incertezas do sistema econômico, para Coase (1960), a propriedade internalizada tem o papel de minimizar as externalidades ambientais. E sob este foco que as instituições desempenham um papel importante, ao estabelecer soluções mais eficientes durante as negociações entre as partes envolvidas em contratos (KIM; MAHONEY, 2007). Demsetz (1967) sugere que quando ocorre uma mudança no sistema de direitos de propriedade, os ganhos econômicos tendem a serem realizados por meio de ajustes nos preços de mercado e nas possibilidades de produção para onde os arranjos institucionais existentes são mal

¹ Esta característica é consistente com a teoria inicial de Penrose (1959), que prediz que o que gera valor não é os recursos, mas a forma como são alocados e utilizados. Desta forma os direitos de propriedade são de grande relevância para a Teoria Baseada em Recursos em diferentes faces também, mas que não serão o principal foco desta revisão.

estabelecidos (FURUBOTN; RICHTER, 1997 apud KIM; MAHONEY, 2007). O quando os lucros não podem ser capturados na estrutura de arranjos existentes, isso leva a formação de novos arranjos institucionais (DAVIS; NORTH, 1971 apud KIM; MAHONEY, 2007).

Esta visão de Demsetz (1967) foi criticada por Eggertsson em 1990, por considerar ser incompleta, uma vez que o processo político não está incorporado aos direitos de propriedade. Os atritos criados por interesses de diferentes grupos de indivíduos, podem levar a arranjos institucionais sub-ótimos que determinarão o quão efetivos serão os direitos de propriedade. Assim, a teoria dos direitos de propriedade não pode ser compreendida sem que se entenda a teoria do Estado (FURUBOTN; PEJOVICH'S, 1972).

Em decorrência desta dependência entre as teorias, a evolução dos direitos de propriedade deve ser considerada um processo cujo passado é importante, devido aos vestígios que os interesses políticos, sociais e econômicos existentes deixam entre as negociações das partes contratadas (LIBECAP, 1986 apud KIM; MAHONEY, 2007). O que explica também, o processo de desenvolvimento dos direitos de propriedade não ser eficiente, o que leva ao entendimento que a formação de instituições eficientes é mais a exceção que a regra (NORTH, 1990).

Desta forma, pode-se concluir que as instituições importam para a abordagem dos direitos de propriedade. Sejam estas, no campo das políticas públicas (NORTH, 1990) ou na governança interna das empresas (WILLIAMSON, 1996), pois desempenham um papel importante na criação das “regras do jogo” para as várias partes interessadas. Desta maneira, o executivo da firma é conduzido às estas normas e a partir delas levado a construir objetivos convergentes com este cenário, cujos incentivos e os direitos de propriedade são estabelecidos para a melhor forma de ganho econômico a qual a situação propicia (KIM; MAHONEY, 2007).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para atingir o objetivo desse trabalho de obter uma visão sobre a pesquisa na área de direitos de propriedade e instituições, e sua evolução ao longo do tempo, considerando diversas as obras, optou-se por uma abordagem híbrida com análise de conteúdo e bibliometria. Considerando-se a hipótese de que as referências bibliográficas citadas nos

trabalhos de investigação são uma indicação confiável de sua influência (CULNAN, 1987; MEYER; TAHAI 1999), busca-se contribuir para enriquecer o estudo.

A bibliometria, segundo Otlet é o meio de quantificar a ciência, utilizando aplicações estatísticas nas fontes de informação (CARRIZO SAINERO, 2000; FONSECA, 1986 apud MACHADO, 2007). Sua popularização aconteceu a partir da obra de Alan Pritchard em 1969, tornando este tipo de análise um método de pesquisa que dá subsídios ao bibliotecário no gerenciamento de serviços informacionais e também proporciona maior conhecimento sobre determinado assunto, por meio dos seus indicadores do desenvolvimento científico em determinando tema (SILVA et al., 2011).

Este trabalho utiliza as técnicas conhecidas como análise de citação e cocitação. A análise da citação é baseada na premissa de que autores citam documentos por eles considerados importantes no desenvolvimento de suas pesquisas. Desta maneira, trabalhos frequentemente citados são prováveis de terem exercido maior influência sobre a disciplina do que aqueles menos citados (CULNAN, 1987; MEYER; TAHAI 1999). A análise de cocitação de documentos registra o número de artigos que citam pares de documentos iguais e é interpretada como medida de similaridade do conteúdo desses dois documentos. Mas, cabe ressaltar que o estudo bibliométrico não deve ser considerado um substituto de uma análise profunda dos textos, utilizando análises de conteúdo e técnicas de classificação e codificação (MACCAIN; WHITE, 1998; NAVARRO; RODRIGUEZ, 2004).

Desta forma, o método foi selecionado para averiguar os objetivos propostos a partir de literatura revisada em maio de 2013, sobre o período de 1900 a 2013, a fim de determinar em análises quantitativas e qualitativas o desenvolvimento científico sobre direitos de propriedade e instituições, envolvendo, portanto, a Nova Economia Institucional. O critério de busca foi à seleção das palavras chaves “*property rights*” e “*instutions*” em uma mesma base. A combinação de palavras foi feita na base *ISI Web of Science*. Optou-se por esse banco de dados, pois seu processo de busca acessa artigos que estão disponíveis em outras bases, como o Scopus, ProQuest e Wiley, e que são publicados em periódicos indexados e classificados como fator de impacto no Jornal *Citation Reports (JCR)*. Foram encontrados 1.830 artigos relacionados e alguns filtros foram feitos para refinar a base da pesquisa antes da análise de seus resultados: tipo de documento, domínio de pesquisa, áreas de conhecimento e seleção de revistas.

O tipo de arquivo foi restringido a apenas a análise de artigos, resultando em 1.561 trabalhos entre os anos 1900 e 2013. As áreas de conhecimento filtradas foram: *business economics, government law, public administrations, social sciences, social issue, international relations, behavior sciences, construction building tecnologys*, e resultaram em 812 artigos. Já a seleção das revistas foi realizada com base em um ranking integrado de sua relevância das 100 principais revistas nas áreas de economia e negócios. As revistas selecionadas, suas áreas e relevância estão apresentadas na tabela 1, a aplicação de seu refinamento de pesquisa resultou em 145 artigos, cujos resultados serão apresentados na seção seguinte.

TABELA 1 - SELEÇÃO DE REVISTAS E RELEVÂNCIA NO RANKING GERAL

Revista	Relevância
Ecological Economics	2.446
Journal of Economic Behavior Organization	1.094
Research Policy	2.058
Journal of Public Economic	347
American Journal of Agricultural Economics	2.059
European Economic Review	538
Journal of Development Economics	790
American Economic Review	63
International Review of Law and Economics	2.042
Journal of Environmental Economics and Management	903
Journal of Law Economics	158
Land Economics	1.426
International Journal of Industrial Organization	1.453
Journal of Economic Growth	166
Review of Economics and Statistics	141
Economic Journal	219
Journal of Political Economy	2
Oxford Review of Economic Policy	1,642
Quarterly Journal of Economics	5
Review of Economics Studies	26
Scandinavian Journal of Economics	1.226

Fonte: Journal Ranking (site)

O arquivo texto foi gerado com os 145 artigos selecionados, para a elaboração das análises bibliométricas que foram realizadas pelo software Citespace, baseadas em análise de citação e co-citação. Primeiramente, realizou-se a análise das referências usadas em todos os artigos pesquisados, de modo que fosse possível identificar os trabalhos que apresentaram maior impacto no meio científico e os grupos de pesquisa o qual estabelecem relação.

4 RESULTADOS

Conforme mencionado foram pesquisados 113 anos e, dentre a seleção de periódicos realizada, identificou-se que o artigo mais antigo incluído no conjunto de dados foi publicado em 1990 e mais recente em 2012, totalizando 113 anos, este fato confere a análise uma característica de evolução recente da teoria.

Em relação ao número de citações, considerado apenas os 10% mais citados, constatou-se o registro de 12 autores, pois foi identificado um empate ordinal. Os autores mais frequentemente citados, bem como seus trabalhos e *journals* estão relacionados no Quadro 1, abaixo:

QUADRO 1 - TRABALHOS MAIS CITADOS SOBRE DIREITO DE PROPRIEDADE E INSTITUIÇÕES

Class	Freq.	Autor	Ano	Tema	Fonte
1	29	North, D.C	1990	Institutions, institutional change and economic performance	Cambridge University Press, New York, NY.
2	25	Ostrom, E.	1990	Governing the commons: the evolution of institutions for collective action	Cambridge University Press, New York, NY.
3	20	Acemoglu, D.	2001	The colonial origins of comparative development: an empirical investigation	American Economic Review
4	19	Hall, R.E.	1999	Why do some countries produce so much more output per worker than others?	Quarterly Journal of Economics
5	18	Acemoglu, D.	2002	Reversal of fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution.	Quarterly Journal of Economics
6	16	La Porta, R.	1998	Law and Finance	Journal of Political Economy
6	16	Demsetz, H.	1967	Towards a theory of property rights	American Economic Review
7	15	Coase, R.H.	1960	The problem of social cost	Journal of Law and Economics
8	14	Keefer, P.	1995	Institutions and Economic performance: cross-country tests using alternative institutional measures	Economics and Politics
9	13	La Porta, R.	1999	The quality of government	Journal of Law, Economics & Organization
9	13	Rodrik, D.	2004	Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development	Journal of Economic Growth
9	13	Besley, T.	1995	Property rights and investment incentives: theory and evidence from Ghana	Journal of Political Economy
10	12	Glaeser, E.L.	2004	Do institutions cause growth?	Journal of Economic Growth

Fonte: Formulado pelas autoras a partir dos resultados do ISI Web of Science.

QUADRO 2 - AUTORES COM MAIOR FREQUÊNCIA DE CITAÇÕES

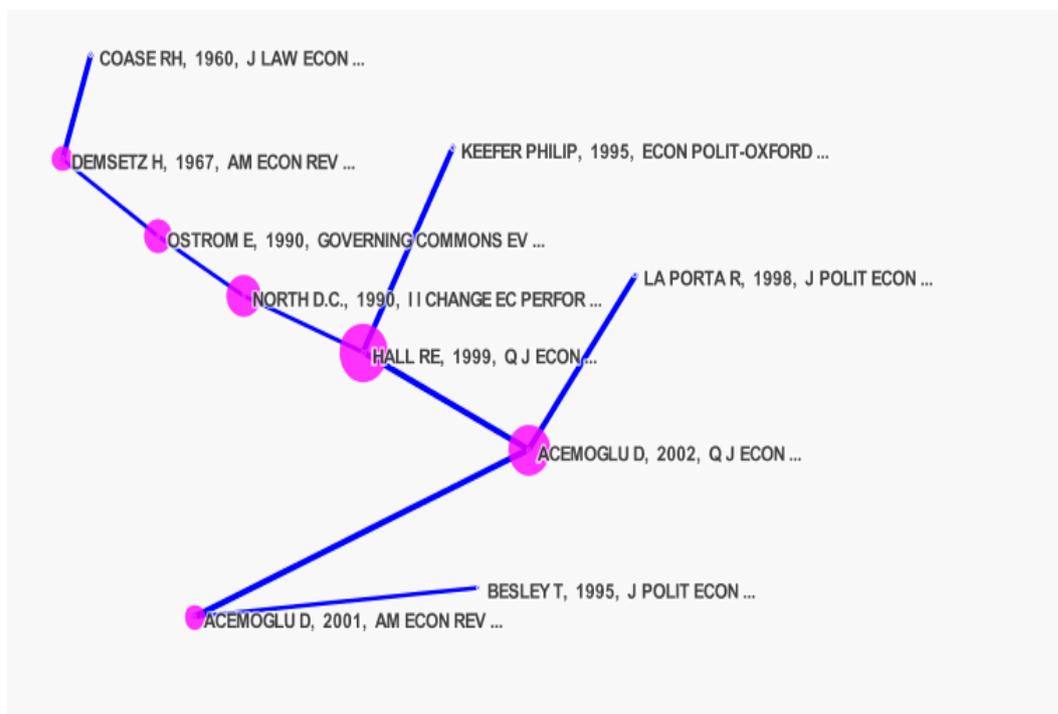
Citações por Autor	Autor	Áreas de interesse
112	Acemoglu, D.	Political Economy, Economic Development, Economic Growth, Economic Theory, Technology, Income and Wage Inequality, Human Capital and Training Labor Economics, Network Economics.
40	La Porta, R.	Investor protection and corporate governance across the world, known as “law and finance”.
40	North, D.C	New Institutional Economics, Economic History; Economic Development.
37	Ostrom, E.	Political Science, Property rights, political economy.
25	Coase, R.H.	Law and economics issues
22	Aghio, P.	Strategy, industrial economy and law
20	Olson, M.	Institutional Economics
19	Agrawal, A.	Empirical corporate finance, Corporate governance, financial institutions, labor economics.
19	Hall, R.E.	Employment, technology, competition, and economic policy in the aggregate economy
19	Rodrik, D.	International economics, economic development and political economy
18	Besley, T.	Public Economics, Development Economics, political Economy

Fonte: Formulado pelas autoras a partir dos resultados do ISI Web of Science.

A frequência total de autores citados foi de 546. É interessante ressaltar que os doze principais autores foram citados entre 29 a 12 vezes. Além disso, 66% da amostra, ou seja, 361 autores foram citados apenas uma vez. Foi possível observar a relação destes autores com as demais publicações pertencentes à base, ou seja, estes autores foram citados pelos demais autores com uma frequência média, dada a coloração alaranjada das conexões apresentadas na imagem.

A figura 1 mostra a intensidade de citações e relevâncias de alguns autores e artigos. Por exemplo, Acemoglu (2002) citou Coase (1960), Demsetz (1967), Hall (1999), Keefer (1995), North (1990), Ostrom (1990). Assim, é possível observar a sinergia de assuntos de interesse destes autores, havendo, portanto, um grupo central abordando a relação dos direitos de propriedade e desenvolvimento econômico (fundamentados na Nova Economia Institucional) (ACEMOGLU, 2002; COASE, 1960; DEMSETZ, 1967; HALL, 1999; OSTROM, 1990). Há ainda relações sobre desenvolvimento econômico, direito de propriedade e Finanças (LA PORTA, 1998) e economia política (KEEFER, 1995). Estes trabalhos são comentados nos próximos parágrafos.

FIGURA 1 - ANÁLISE DE CITAÇÃO E CO-CITAÇÃO DOS ARTIGOS MAIS INFLUENTES



Fonte: Formulado pelas autoras a partir dos resultados do ISI Web of Science.

O trabalho de Coase de 1960 é considerado um dos precursores da Teoria de Custos de Transação. O autor refere-se à firma como um nexos de direitos de propriedade intangíveis, delimitando que existe uma diferença entre o direito de uso de um recurso e o direito de posse. Além disto, delimita que os direitos de propriedade internalizam na firma as externalidades para que o ambiente econômico seja otimizado e que às instituições cabe o papel de estabelecer um ambiente de soluções mais eficientes. Observa-se que este trabalho clássico não tem como objetivo primário o estudo dos direitos de propriedade, mas sim a determinação das fronteiras da firma. No entanto em sua busca este tema já se torna um conceito relevante.

A partir destes conceitos, Demsetz (1967) sugere que enquanto os custos de transação forem maiores que zero e que existam potenciais ganhos econômicos, os sistemas de direitos de propriedade irão mudar para onde as possibilidades de produção apresentem arranjos institucionais que são mal estabelecidos. O autor sinaliza assim a importância das instituições no processo do desenvolvimento econômico e também na definição dos direitos de propriedade de uso e posse.

Mas entre os artigos analisados, as instituições aparecem com maior relevância nas publicações de North (1990) e de Ostrom (1990), que são importantes referências sobre a Nova Economia Institucional. Douglas North em seu trabalho *“Institutions, institutional change and economic performance”* em 1990, relaciona as instituições com o comportamento econômico. Também estabelece que as macro-instituições garantem os direitos de propriedade e consequentemente elevam o nível de investimento sobre os recursos, em decorrência da garantia de posse e apropriação das rendas provenientes destes aportes de capital. Já Elionor Ostrom (1990) apresenta em seu trabalho ao examinar o uso de ações coletivas, confiança e a cooperação no gerenciamento de um conjunto de recursos comuns. Sua abordagem institucional de políticas públicas se tornou distinta, resultando na formação de uma nova escola – a da Teoria de Políticas Públicas.

A análise destes quatro trabalhos aponta uma sinergia histórico-evolutiva, o qual os autores buscam relacionar as instituições e o desenvolvimento econômico, tendo como um dos principais temas de relevância para esta análise a compreensão e estabelecimento dos direitos de propriedade. Esta sinergia entre os autores parece ser justificada pela abordagem adotada por Acemoglu e Robinson (2002) a respeito dos direitos de propriedade e sua relação institucional sob uma perspectiva histórica com enfoque sobre as relações de trabalho. Hall e Jones (1999) também com focam as relações de trabalho com o objetivo de analisar a capacidade produtiva. Os autores concluem que acumulação de capital, produtividade, e, portanto, a produção por trabalhador, é movida por diferenças nas instituições e políticas governamentais, chamada de infraestrutura.

Outro trabalho que parece ser relevante para o estudo sobre direito de propriedade é o de Besley (1995) por apresentar uma relação entre direito de propriedade e incentivos ao investimento, são desenvolvidos três argumentos teóricos baseados em segurança de posse, o uso da terra como garantia e obtenção de ganhos de comércio. Seu experimento empírico é desenvolvido em duas regiões em Ghana. A hipótese é que direito de propriedade é endógeno, uma vez que os agricultores estabelecem melhorias para aumentar seus direitos sobre a terra. Finalmente, são sugeridos testes para que as teorias possam explicar resultados. Este estudo foi citado por Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) o qual buscam explorar as diferentes taxas de mortalidade na Europa para explicar o efeito das instituições sobre o desempenho econômico, os autores estimam os que as instituições tenham efeito sobre a renda per capita

de alguns países europeus. E em 2002, Acemoglu e Robinson citam este trabalho anterior, a fim de explicar a relação institucional e as relações de trabalho.

É possível mencionar o trabalho de Glaeser, La Porta, Lopez-de-sinales e Shleifer (2004) foi o décimo trabalho mais citado (conforme demonstrado na Quadro 1). O trabalho aborda a relação entre políticas institucionais como causa de crescimento econômico. Os autores discorrem sobre outros indicadores que corroboram esta relação e especificamente que o capital humano gera mais crescimento (um recurso básico) que instituições; países pobres podem sair da pobreza por meio de boa política que por consequência aumentam as políticas institucionais.

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE DIREITOS DE PROPRIEDADE E MUDANÇA INSTITUCIONAL PRESENTE NAS OBRAS ANALISADAS.

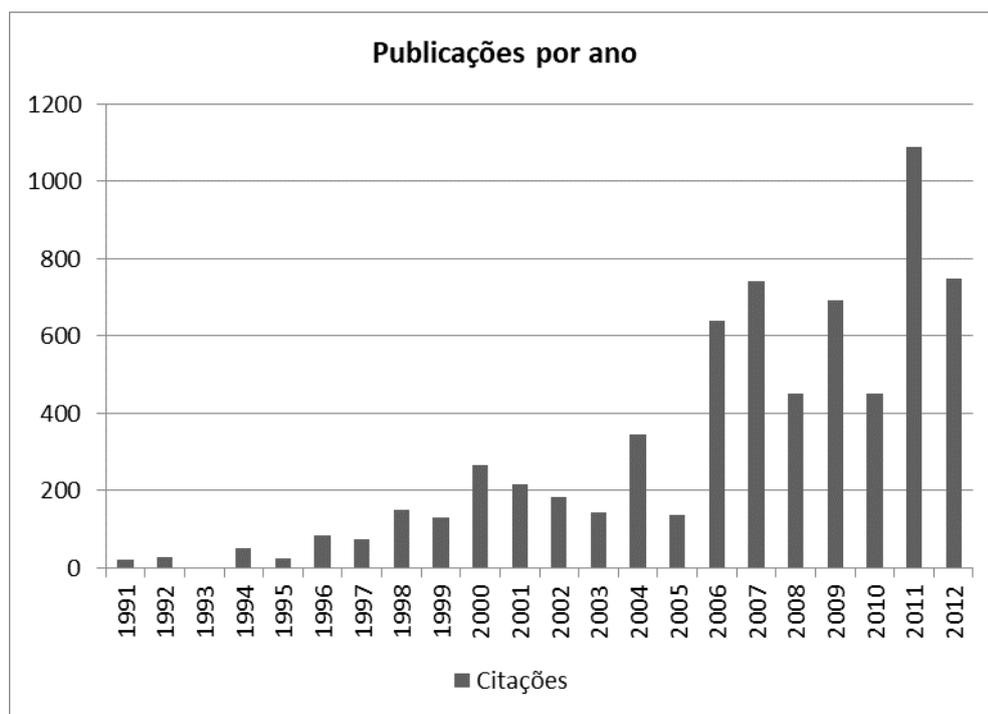
Obra	Ano	Mudança Institucional	Direitos de Propriedade	Resultados
The problem of social cost	1960	Macro instituições	Internalização de externalidades	Desenvolvimento econômico
Towards a theory of property rights	1967	Macro instituições	Captura de renda	Desenvolvimento econômico
Institutions, Institutional change and Economic performance	1990	Macro instituições	Garantias de posse e captura de renda	Elevação do nível de investimento
Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.	1990	Papel do governo	Compartilhamento da propriedade	Ações coletivas
Institutions and economic performance: cross-country testes using alternative institutions measures	1995	Política Econômica	Evolução dos contratos e riscos de apropriação	Desenvolvimento Econômico
Property-rights and investment incentives – theory and evidence from Ghana	1995	Papel do governo	Investimento em Incentivos para captura de renda	Desenvolvimento econômico
Law and finance	1998	Macro Instituições	Regras legais de proteção à empresa em diferentes países	Desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) econômico
The Quality of Government	1999	Qualidade (histórica) do Governo	Legislação de países colonizadores	Performance do Governo
Why do some countries produce so much more outputper worker than others?	1999	Infraestrutura social	Captura de Renda	Desenvolvimento econômico
The colonial origins of comparative development: an emprirical investigation	2001	Instituições estaduais no período colonial	Formas de assentamento	Diferentes níveis de renda por país
Reversal of fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution	2002	Macro Instituições	Influência Institucional Européia sobre o colonialismo	Desenvolvimento Econômico
Do institutions cause growth?	2004	Políticas institucionais	Efetividade do governo, independência judicial, constituição, pluralidade	Desenvolvimento Econômico
Institutions rules: the primacy of institutions over geography and integration of economic development	2004	Macro Instituições	Regras e leis que delimitam as transações comerciais	Desenvolvimento Econômico

Fonte: Formulado pelas autoras a partir dos resultados do ISI Web of Science.

O Quadro 3 sumariza as relações encontradas em cada uma das obras entre as mudanças institucionais e os direitos de propriedade, bem como os resultados desta interação abordados pelos autores. A evolução das relações entre direitos de propriedade e instituições resultando prioritariamente no desenvolvimento econômico, mas cada um deles enfoca diferentes aspectos entre regras formais e informais estabelecidas e sua ligação com a captura de renda, efetividade dos contratos, direitos sobre a posse e uso da terra, ordenação de ações coletivas, desenvolvimento econômico de países e o papel do governo em estabelecer estas fronteiras.

Observa-se ainda que durante a década de 1960 a grande motivação dos autores estava em estabelecer os conceitos de direitos de propriedade, como se alteravam conforme as mudanças e institucional e levavam ao desenvolvimento econômico. Já os trabalhos da década de 1990 apresentam a preocupação de explicar como a garantia dos direitos de propriedade levam a evolução das formas organizacionais que culminam no desenvolvimento econômico, a proteção é uma questão latente dos desenvolvimentos desta década. Os anos 2000 são marcados pela presença implícita do Estado como o organizador de poderes para estabelecer as regras formais que induzem o desenvolvimento econômico através da delimitação de como as transações podem ocorrer.

FIGURA 2 - NÚMERO DE CITAÇÕES POR ANO NA ÁREA DE DIREITOS DE PROPRIEDADE E INSTITUIÇÕES.



Fonte: Formulado pelas autoras a partir dos resultados do ISI Web of Science.

Em relação aos desenvolvimentos das obras e apropriação dos conhecimentos gerados para construções científicas, observa-se através da Figura 2 que houve um considerável aumento do número de citações sobre direito de propriedade e instituições, sobretudo relacionada à Nova Economia Institucional a partir de 2006 (com 640 citações) e em 2011 há um expressivo aumento com 1088 citações. Esta constatação indica que embora os desenvolvimentos da academia datem de 1960, é recente a exploração desta relação no âmbito das organizações.

5 CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi identificar como a literatura de instituições se relaciona com a literatura de direitos de propriedade, a partir de um estudo bibliométrico buscando identificar os principais autores que estudaram a relação entre instituições e direitos de propriedade.

Os resultados da análise dos 145 artigos mostraram um crescimento no número de publicações que relacionam estes dois enfoques da Nova Economia Institucional, mostrando que o interesse por esta temática é atual e vem se expandindo na última década. A análise de citações e co-citações mostrou ainda que os 10% dos autores mais citados entre os artigos representam 33% do número de citações, apresentando uma frequência entre 29 e 12 vezes.

Observou-se na análise dos artigos uma característica de evolução histórica da “construção” da relação entre instituições e direitos de propriedade nos seus principais “nós” do desenvolvimento de uma teoria comum. Esta delimitação encontrada fica bastante clara com a sumarização da Quadro 1, que mostra os principais aspectos abordados sobre as instituições e os direitos de propriedade em ordem cronológica, buscando resultados ligados ao desenvolvimento econômico, um fator comum em todos os artigos. A partir deste estabelecimento foi possível concatenar os desenvolvimentos científicos entre suas décadas e o predomínio de suas abordagens, iniciando com o estabelecimento dos conceitos de direitos de propriedade e como eles conduzem ao desenvolvimento econômico a partir de um ambiente institucional determinado, a década de 1990 já apresenta as relações de apropriação das rendas e proteção como temática central e os anos 2000 o papel do governo em estruturar este ambiente institucional que leve ao desenvolvimento econômico passa a ser debatido.

Neste sentido, a grande contribuição deste trabalho foi o mapeamento microeconômico, ou seja, para o nível organizacional, do impacto da teoria de direitos de propriedade em perspectiva histórica. Conforme o ambiente empresarial se altera, as “ferramentas” teóricas se refinam, evoluem para explicar e construir novas realidades, evidenciando que a década de 1990 as receitas e proteção de ativos dos bens estavam em evidência, em outras palavras, a captura de valor de bens através de delimitação dos direitos de propriedade.

Já após os anos 2000, há uma mudança do ambiente microeconômico para o macroeconômico, o qual as instituições estão em evidência como forma de promover o desenvolvimento econômico. Ao estabelecer um paralelo com o macroambiente global, que regras comerciais e normatizações surgiram para garantir padrões de produtos, qualidade em diversas cadeias de suprimentos para trocas entre países, implicando assim, na adaptação de ambientes institucionais nacionais.

Observa-se, no entanto, e que alguns textos que foram apresentados como referências bibliográficas não compuseram esta seleção breve de autores, não sendo apontados no desenho desta rede e que cuja importância é significativa, como é o caso do autor Yoram Barzel que discute amplamente estas duas relações em suas obras sobre uma visão micro dos direitos e propriedade. Em parte, se justifica por não estar na lista de *journals* de publicação selecionados. Outra linha de análise sobre esta limitação é que se pode observar que não necessariamente ela capturou artigos fundadores de teoria econômica conceituais. Esta ausência, justifica e evidencia um campo a ser explorado por futuros.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S. Unbundling Institutions. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 113, n. 5, p. 949-995, 2005.

_____.; _____.; ROBINSON, J. A. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. **American Economic Review**. Washington, v. 91, p. 1369-1401, 2001.

_____.; _____.; _____.; Reversal of fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxônia, v. 117, n. 4, p. 1231-1294, nov. 2002.

ALCHIAN, A.A. Some economics of property rights, *Il Politico*, v.30, p.816–829, 1965. Repr.in A.A. ALCHIAN (Ed.). **Economic Forces at Work**, Indianapolis: Liberty Fund, p.127–149, 1977.

BARNARD, C.I. **The Functions of the executive**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1938.

BARZEL, Y. **Economic analysis of property rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 2. ed., 1997.

BESLEY, T. Property Rights and Investment Incentives: Theory and Evidence from Ghana. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 103, n. 5, p. 903-937, 1995.

CHEUNG, S.N.S. The structure of contract and the theory of a non-exclusive resource. **Journal of Law and Economics**, Illinois, v. 13, p.49–70, 1970.

COASE, R.H. The problem of social cost. **Journal of Law and Economics**, Illinois, v. 3, 1960.

CULNAN, M. J. Mapping the intellectual structure of MIS, 1980-1985: a co-citation analysis. **Management of Information System Quarterly**, Minneapolis, v. 11, n. 3, p. 341-353, 1987.

DEMSETZ, H. Toward a theory of property rights. **American Economic Review**. Washington, v. 57, p.347, 1967.

EGGERTSSON, T. **Economic Behavior and Institutions**, New York: Cambridge University Press, 1990.

FURUBOTN, E.G. AND PEJOVICH, S. 'Property rights and economic theory: a survey of recent literature'. **Journal of Economic Literature**, Tennessee, v. 10, p. 1137–1162, 1972.

GLAESER, E.L.; et al. Do Institutions cause growth?. **Journal of Economic Growth**, Berlim, v. 9, p. 271-303, 2004.

HALL, R.E.; JONES, C.I. Why do some countries produce so much more output per worker than others?. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxônia, v. 114, n. 1, p. 83-116, Feb, 1999.

HAYEK, F.A. The use of knowledge in Society. **American Economic Review**, Washington, v. 35, n. 4, p. 519-530, Sep. 1945.

JOURNAL RANKING. **List Common Ranking**. [S. 1.]. Disponível em <<http://www.journal-ranking.com/ranking/listCommonRanking.html?citingStartYear=1901&externalCitationWeight=1&journalListId=294&selfCitationWeight=1>>. Acesso em 20 de maio 2013.

KEEFER, P. Institutions and Economic Performance: Cross-Country Tests Using Alternative Institutional Measures. **Economic and Politics**, Oxford, v. 7, p. 207, 1995.

KIM, J. MAHONEY, J. Appropriating economic rents from resources: an integrative property rights and resource-based approach. **I. J. Learning and Intellectual Capital**, Washington, v. 4, n. 1/2, 2007.

LA PORTA, R. et al. Law and Finance. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 106, n. 6, p.1113-1155, 1998.

_____. The quality of government. **Journal of Law Economics & Organization**. Oxford, v. 15, p. 222-279, 1999.

MACHADO, R. N. A análise cientométrica dos estudos bibliométricos publicados em periódicos da área de biblioteconomia e ciência da informação (1990-2005). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 12, n. 3, p. 2-20, set/dez. 2007.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change And Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

PENROSE, E.T. **The theory of the growth of the firm**, New York: John Wiley, 1959.

RICKETTS, M. **The economics of business enterprise: new approaches to the firm**. Harvester Press, Brighton, 1997.

RODRIK, D. et al. Geografy and Integration in economic development. **Journal of Economic Growth**, Berlim, v. 9, p. 131-165, 2004.

_____. Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development. **Journal of Economic Growth**, Berlim, v. 9, p. 131-165, 2004.

RODRIGUEZ, A. R. R.; NAVARRO, J. R. Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of strategic management journal, 1980-2000. **Strategic Management Journal**, Nova York, v. 25, p. 981-1004, 2004.

SILVA, M. R. et al. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p.110-129, jan./jun. 2011.

TAHAI, A.; MEYER M. J. A revealed preference study of management journals' direct influences. **Strategic Management Journal**, Nova York, v. 20, n. 3, p. 279-296, 1999.

WILLIAMSON, O. E. **The Mechanisms of Governance**, New York: Oxford University Press, 1996.

WHITE D. H.; MCCAIN K. W. Visualizing a discipline: an author co-citation analysis of information science, 1972-1995. **Journal of the American Society for Information Science**, Nova Jersey, v. 49, p. 327-355, 1998.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições**. 1995, 239 f. Tese apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (Livre Docência em Administração), 1995.